



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA BAHIA

**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

**MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA**

**DECLARAÇÃO**

Na forma estabelecida da Lei nº 14.133/2021, combinado com o subitem \_\_\_\_\_ do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, representada pelo seu \_\_\_\_\_, Sr.(a) \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, compareceu ao local \_\_\_\_\_ da **Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal na Bahia** e procedeu a VISTORIA descrita no presente documento, objeto do Edital em epígrafe, tomando conhecimento de todas suas peculiaridades, necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes da pretensa contratação.

Salvador/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
[NOME E ASSINATURA DO SERVIDOR PÚBLICO]

**VISTO**

Declaro que, na data acima, através de visita realizada às instalações da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Bahia (SPRF-BA), tomei conhecimento e estou ciente das condições atuais de **infra-estrutura**, e que recebi as instruções e informações adicionais necessárias à prestação dos serviços objeto desta licitação, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

\_\_\_\_\_  
[Nº DO CPF / RG DO DECLARANTE]

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **MURILLO FERNANDES DE BULHÕES, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 13/03/2026, às 11:44, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO CID BURLACCHINI SANCHES GUERREIRO, Chefe da Seção de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 09/04/2026, às 14:06, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **71990385** e o código CRC **2251A292**.



Referência: Processo nº 08655.000232/2026-12



SEI nº 71990385